

Na lista suplementar, com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra a deputada Fabiana Bolsonaro. (Pausa.) Com a palavra a deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Retornando a esta tribuna, aproveite e cumprimento o deputado Barros Munhoz, que está aqui, fazendo parte da galeria, seja bem-vindo.

Presidente, eu quero continuar esse debate sobre a questão da Polícia Civil. Hoje nós tivemos a Dra. Edivani participando do programa aqui na Rede Alesp, falando sobre a questão do número de suicídios na Polícia Civil.

Foi uma hora de programa, foi bastante produtivo, será levado ao ar pela Rede Alesp sobre esse problema tão grave que ocorre nas polícias, que é o adocemente policial, que vem de muitos anos e passa governo, entra governo, mas as políticas são muito tímidas.

O governo não tem dado resposta para a categoria policial, quer seja ela militar, científica, penal, civil, todos estão passando por muitas dificuldades. Há uma falta de efetivo gritante. Todos são submetidos a escalas extras, a trabalho em excesso e ao estresse extremo.

Isso é um dos motivos do grande número de suicídios. Só da segunda-feira passada para cá eu já tive a informação de dois colegas que se suicidaram. Escrivão de polícia, dois escrivães. E o estado não está dando a resposta necessária, ele é muito lento, está vendo as coisas acontecerem, mas entra governo, sai governo, e continua do mesmo jeito.

Assim que eu cheguei aqui, é fato que eu fui vereador em São Paulo e a pauta da cidade é outra. É uma pauta territorial, é a questão da rua, do parque, da praça, da escola, do ensino infantil, da creche, do ensino fundamental.

E chegando aqui, a esta Casa, eu vejo que aqui a gente poderia trabalhar bem essa questão da Segurança Pública e trabalhar bem essa questão que envolve os policiais civis, militares, técnico-científicos, penais, mas eu vejo a dificuldade que o governo tem de olhar para a categoria.

E esse é um governo que foi eleito e que esses setores da sociedade fizeram muita campanha para ele. Eram campanhas agressivas, presidente Carlos Giannazi. Eram fechados com Tarcísio, né? E o governo não está dando a atenção adequada.

Então tem uma série de problemas que o governo pode resolver, mas ele está fechando as portas. E quando a gente vê e faz a nossa produção legislativa, porque a gente conhece o problema e está indicando a solução, o governo, mais uma vez, bate a porta na nossa cara, bate a porta na cara dos policiais civis, dos policiais penais, dos policiais militares, dos policiais técnico-científicos.

Porque esta Casa produziu muito. Vários deputados, não sou só eu, vários deputados fizeram projetos e têm projetos tramitando aqui. Então, o governo, ele passa, na medida em que se protocola um projeto que estabelece um debate, ele passa a ter conhecimento daquele problema, só que ele tem que ter vontade política de resolver.

O governador não pode ser uma pessoa que quer só negociar, só fazer negócios, só vender. Comprar computador da Multilaser, locar plataforma de determinado secretário, plataforma digital, vender a Sabesp, vender a CPTM, vender o Metrô, ele não pode ser um cara que só pensa em negociar, em vender, não é? Não pode.

Ele tem que pensar em como gerenciar o estado e em como dar resposta para todos esses setores que foram abandonados e continuam abandonados. “Ah, mas eu dei um aumento”, não é só o aumento.

Um aumento muito insignificante, porque a polícia de São Paulo ainda continua sendo o 22º salário no ranking. Se chegasse pelo menos a 3º ou 4º estariam sendo valorizados. Mas não: ainda está muito distante daquilo que precisa ser feito. Está muito longe. É muito pouco o que foi feito, é praticamente nada. É praticamente zero.

Então quando estamos aqui indicando ao governo os problemas, buscando solução para eles e buscando que ele abra a porta, porque eu já estou, desde quando cheguei aqui, pedindo audiência para levar os representantes das entidades de classe para conversar com ele.

Ele nunca está no Palácio, está sempre viajando. “Ah, ele não tem agenda, não tem agenda, não tem agenda”, é só isso que eu ouço, que eu estou ouvindo. Só isso. Recorri ao Xerife do Consumidor, recorri ao secretário de Governo; agora, falei, semana passada, com o secretário da Casa Civil.

Então não dá para governar desse jeito, não dá para ser um governo só de negócios, não dá para ser um governo que só pensa no mercantilismo, em vender aquilo que é do povo. Não dá. O governo tem que pensar em governar, gerenciar e resolver as demandas que existem no governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Convido V. Exa. para continuar presidindo a sessão de hoje, deputado Reis.
* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.
* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Reassumindo a Presidência, chamo para fazer uso da palavra o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, quero aqui comentar a entrevista que o secretário da Educação deu para a “Folha de S.Paulo”.

Está no “UOL”, está aqui, vamos colocar no telão. “Secretário de Tarcísio diz que abrir mão de livros didáticos foi um dos maiores erros da sua vida.” Olha só, ele parece que reconhece o erro, até porque ele foi extremamente infeliz e sofreu um desgaste político que não sei como ele não foi exonerado por conta desse gravíssimo erro em retirar o livro didático da rede estadual de ensino.

Porém, em uma parte da entrevista, Sr. Presidente, ele diz o seguinte: “uma nuvem preta me cercou por conta de uma decisão muito ruim que eu tomei” - disse o secretário.

Primeiro, quero destacar que ele usou aqui um termo inadequado, “uma nuvem preta”, meio racista, no mínimo, para não dizer outra coisa. Aí, ele diz, aspas, “eu recuei, vi que não era inteligente”. Primeiro que ele recuou porque nós entramos com uma ação popular, Sr. Presidente.

Entre com uma ação popular junto com a deputada federal Luciane Cavalcante, junto com o vereador Celso Giannazi. O nosso Coletivo Educação em Primeiro Lugar entrou com uma ação popular, e nós ganhamos a ação popular. Foi por isso que ele falou: “ganhamos uma liminar”.

Ele teve que voltar atrás, e teve toda uma pressão da sociedade, do magistério, da própria imprensa. Então ele foi derrotado em todos os níveis. Teve uma derrota política e uma derrota judicial, por conta da nossa ação, inclusive de que ele nem recorreu.

Mas ele continua aqui, com a pérola dele, nesse mesmo trecho. Daí ele diz o seguinte: “Mas aí vem uma enxurrada de más notícias, notícias falsas, uma avalanche”. Ora, notícias falsas?

Ele acha que se refere, deputado Reis, às outras denúncias que nós fizemos e estamos fazendo, que não são falsas: a portaria em que ele obriga os diretores a vigiarem os professores em sala de aula, é a famosa Portaria Vigiár e Punir, as APDs, cujo projeto de lei ele até agora não apresentou à Assembleia Legislativa. Hoje é dia 28 de setembro, e até agora, nada; aquela resolução que ameaçava expulsão em massa de alunos, que ele teve que recuar. Ele recuou.

Tem essa... Tem o decreto e tem também uma resolução sobre educação, para educação inclusiva, educação especial,

sobre o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência, que também ele tem que recuar. Não recuou totalmente. Tem um comunicado extremamente ambíguo, que foi publicado agora e que eu achei ambíguo porque não resolve a situação. Se resolver, é só durante este ano.

Enfim, foram vários os erros e os ataques ao Magistério estadual e à Educação. Os erros nos slides, erros gravíssimos de português, de conceitos, erros históricos. Teve um slide que chegou a dizer que em São Paulo, na Capital, tem praia, que foi Dom Pedro II que assinou a Lei Áurea, e assim por diante.

Isso não são notícias falsas, secretário Feder. São notícias reais, inclusive, que o próprio secretário reconheceu. Então, o secretário acho que está tentando limpar um pouco a imagem dele junto à imprensa, dando entrevista, mas se ele continuar com essa política de destruição da rede estadual...

Citei agora a situação das escolas. A empresa terceirizada abandonou as escolas. Centenas de escolas da diretoria de Campinas, de Guarulhos, aqui da Capital, diretoria de ensino de Diadema.

Elas estão sem empresas terceirizadas. A empresa terceirizada abandonou praticamente as escolas, que estão sujas. Muitas delas são escolas PEL... Vive uma crise. E o secretário só pensa nos aplicativos, nos computadores, no material digital.

É disso que se trata, Sr. Presidente. Então eu quero dizer que, na verdade, não são falsas as notícias. São notícias reais, mostrando, colocando com muita transparência todos os ataques e toda a incompetência dessa gestão em relação à educação e em relação aos profissionais da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, vamos chamar o deputado Donato para fazer uso da palavra na tribuna, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. DONATO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que nos acompanham pela Rede Alesp. Eu gostaria de usar o tempo de hoje para fazer uma denúncia, Sr. Presidente.

Eu recebi lá de São Sebastião uma denúncia bastante grave sobre o serviço de travessia por balsa, em São Sebastião e Ilhabela. Balsas que são operadas pelo Departamento Hidrológico do Estado - parece-me que são eles que operam - ligado à Secretaria do Meio Ambiente.

Há cerca de 15 dias, o problema se acentuou lá. São quatro balsas para travessia e mais duas balsas de reserva, segundo me informaram. E o serviço está operando apenas com duas balsas e com muita irregularidade.

Eu queria projetar aqui para os senhores e para as senhoras. Acabei de tirar esse print do site do Departamento Hidrológico. Informação oficial. Pode ver o horário lá. Foi às 14 horas e 20 minutos, então há 15 minutos atrás. Tempo de espera: 210 minutos; tempo de espera para atravessar a balsa de São Sebastião para Ilhabela.

Mas incluíram-me em um grupo de WhatsApp, sobre esses problemas da balsa. E, olha só, vou dar aqui uma informação do grupo: “Cheguei na fila às 9 horas e 40 minutos, assim que fui informado que estava funcionando. Estou até agora, são 14 horas e 13 minutos, e só vou entrar para o embarque na próxima balsa”.

Ou seja, não são nem 210 minutos, são quase 300 minutos. Caminhões... A gente pode ver a foto aí. É câmera oficial do Departamento Hidrológico, da balsa São Sebastião - Ilhabela.

Quatro a cinco horas de fila para atravessar. Isso há 15 dias, sem nenhuma explicação para a população, sem nenhuma informação, sem nenhuma providência do governo, que é o responsável por essa travessia.

Então eu queria registrar aqui, neste plenário, fazer essa denúncia. Estamos acionando a secretária Natália para providências imediatas em relação a esse caos gerado na cidade de São Sebastião. Espero que a gente possa ter providências urgentes em relação a isso.

Segundo assunto que eu gostaria de falar, presidente, eu estive, na semana passada, no Hospital Universitário da USP. Esse hospital, além de ter uma importância na formação dos alunos de medicina da USP, que fazem residência lá, é um hospital que atende a região do Butantã. É um hospital de referência para complexidade intermediária, então o hospital é importante para a região do Butantã e que está em colapso.

Você imagina, Sr. Presidente, lá nós temos 200 e poucos leitos e cerca de 100 leitos desativados por falta de pessoal. Cem leitos, metade do hospital desativado. Então não é possível a gente ter um serviço como tem lá, uma infraestrutura que já tem, que já é pouca para atender toda aquela região.

Evidente que é uma infraestrutura da universidade, está no orçamento da universidade, só que ela serve ao SUS, porque ele é referência para toda a região. Então quem vai para uma UBS, uma UPA, é encaminhado para lá, para situações mais graves. E sem nenhuma condição de trabalho, por falta de pessoal.

E esse problema não é só do Hospital Universitário. Recentemente eu estive no Hospital das Clínicas, deputado Conte Lopes. O Hospital das Clínicas - isso quem me falou foi gente da direção do hospital - tem mais de 300 leitos desativados por falta de pessoal.

O leito está lá, o espaço está lá, o equipamento está lá. Trezentos leitos é um hospital de grande porte, de alta complexidade, com a qualidade do HC, e sem condição de funcionar por falta de pessoal.

Eu fiz um requerimento de informações aqui, até agora eu não tive a resposta e já passou o prazo. Quantas vagas ociosas, ociosas não, desativadas nós temos no serviço, na rede de hospitais públicos do estado de São Paulo? Eu temo que passe de mil, duas mil vagas.

Se um hospital de grande porte tem 200 vagas, são 10 hospitais que não precisariam ser construídos, que estão prontos, que estão lá, e falta pessoal. Então nós vamos continuar nesse tema, presidente, mas são as duas denúncias que eu gostaria de fazer aqui, a situação dramática de quem precisa da balsa de São Sebastião para Ilhabela e a situação dos hospitais públicos, que não têm leitos ativos por falta de pessoal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Esse é um problema, deputado Donato, que a gente identifica no Cross. Porque o Cross não tem leitos, ele gerencia os leitos. Então, quando se pede uma vaga, o Cross tem que procurar identificar qual hospital que tem aquela vaga para disponibilizar para aquele paciente.

E, se não existe os leitos, não existirá vaga. Aí o pessoal fica culpando o Cross, e não é o Cross. Exatamente.

Chamamos para fazer uso da palavra o deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente Reis, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quando entrei na polícia em 67, como soldado, não se via ocorrência, praticamente, deputado Reis. Quando saí da Academia do Barro Branco, em 74, já começou a criar, o crime aparecer, e nós fomos trabalhar na Rota.

Para aparecer, para noticiar ocorrências policiais tinha o “Notícias Populares”, o “Diário da Noite” e os programas do Gil Gomes, do Afânasio Jazadji, em que aparecia o policial. E por que eu estou falando isso? Antes de vir para cá, ouvi o “Jornal da Globo”. Só se falava em Segurança Pública, deputado Reis. Começou a falar sobre furtos de fio no Rio de Janeiro.

As quadrilhas do Rio de Janeiro, os mil bandidos que foram filmados na favela da Maré, que eu falei até à V. Exa. aqui, tem que pôr para pegar bandido, os caras estão com armamento maior do que o da polícia do Rio.

Em seguida entra Salvador, nobre deputado Reis. Salvador, governo do PT. E não vou criticar política não, nunca critiquei quem é de esquerda, de direita, esse negócio de Segurança Pública. Mas é o governo do PT lá. O Lula mandou o secretário

da Segurança para lá para debater o problema que está acontecendo na Bahia.

Tudo no jornal da “Globo” de hoje à tarde. E o secretário foi lá dizendo que o próprio Lula que tem que combater o crime organizado mesmo. E lá em Salvador, hoje, morreu um bandido e dois policiais. Inclusive, um dos policiais matou o outro pensando que aquele que foi prender o bandido era bandido também.

Agora, o principal, deputado Reis: o grande cantor e compositor, meu presidente Donato, estava em Roma, em audiência com o Papa. Sabe o que o Caetano Veloso estava pedindo para o Papa? Dar segurança para a Bahia, orar pela Bahia. O Papa deve ter dito para ele, deputado Reis: “faça como o Conte Lopes, ponha a Rota na rua”. Por que o que ele vai fazer com a Segurança Pública?

Vossa Excelência sabe, como policial, que não adianta só rezar, não, infelizmente. Vossa Excelência que é um homem religioso, até. Tem que ter coisa prática, meu Deus do céu. Eu só estou dizendo aonde está chegando o crime, a que ponto está crescendo o crime no Brasil.

E parece que é tudo meio que natural, quando a gente vê na Maré mil bandidos fazendo treinamento de guerrilha, para atacar quem? Eu? Até pode ser, não é? Mas é o povo, é o policial.

Mas a gente acha tudo isso normal, como se acha engraçado cantor de rap, ou em São Paulo ou no Rio, estar lá cantando para os caras e os caras com fuzil na mão, dançando. Olhe que engraçado, não é?

E a “Globo” filmando... até novela da “Globo” tinha isso. Agora eles estão reclamando do quê? Da violência? Bandido só conhece duas coisas: cacete e bala. Carinho com bandido não funciona, gente, não adianta.

E vejo lá os Direitos Humanos da Bahia, de Salvador, criticando o governador e a polícia porque morreram 50 bandidos. Quer dizer, o policial pode morrer, o bandido não? Pelos Direitos Humanos da Bahia, o policial pode morrer, o povo pode morrer, não pode morrer é o bandido?

É isso que vai piorando cada vez mais o problema da Segurança Pública, nobre presidente Reis, como V. Exa. mesma colocou aqui. O problema maior da cidade de São Paulo: a Segurança Pública. É lógico, você não pode sair de casa que é assaltado, é celular, é tudo. E tem que melhorar a segurança mesmo.

Tanto é que, veja, problema de seguridade da prefeitura; vindo para cá, para chegar aqui é duas horas para quem vem da zona norte. O Ricardo Nunes, para arrumar um asfalto em um túnel ali embaixo do Anhangabaú, que nós, com Maluf, fizemos em seis meses - e eu fui lá inaugurar o túnel com Maluf.

Faz seis meses que estão arrumando o asfalto lá, tem um pedreiro e um auxiliar de pedreiro trabalhando lá. Vão ficar uns dois anos ali. Você não consegue vir da zona norte para a Assembleia, trava tudo, não vai para a direita nem para a esquerda, é o fim do mundo.

O que o Maluf fez em seis meses, não se consegue arrumar uma pista em um ano. Então fica aí a nossa reclamação também, pela dificuldade de chegar na Assembleia.

Agora, Segurança Pública, minha gente, é polícia nas ruas, é combater o crime, é valorizar o policial. Essa é a grande verdade. Não adianta ir lá no Papa não, Caetano Veloso. Pode fazer música aí que é o seu forte, mas pedir para o Papa orar para combater o crime, não tem jeito.

Eu já vi cidadão de bem ser morto por bandido aqui em Osasco, um farmacêutico, na frente da família, porque ele falou: “Pelo amor de Deus, não me mate”. O bandido falou: “Só para você ver que Deus não está aqui...” e matou o cara.

Eu peguei o cara, por isso eu estou falando. Então, bandido é assim. Uns, até, nobre deputado Reis - V. Exa. Sabe - fazem tatuagem do diabo nas costas, no peito, porque eles amam o diabo, eles amam o crime, eles amam a desgraça.

Então, fica a nossa colocação. A “Globo” já está vendo, né? Um programa todo da “Globo”... No meu tempo, volto a repetir, era Afânasio Jazadji, Gil Gomes, “Notícias Populares”, “Diário da Noite”, mas hoje não. O jornal inteiro é sobre crime. Então, o crime está tomando conta mesmo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente Reis, havendo acordo entre as lideranças do plenário, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o requerimento de Vossa Excelência. Antes de levantar a sessão, só dizer para V. Exa. que, realmente, aquela passagem lá na Tiradentes, depois do túnel, foi feita em seis meses. Eu me lembro. Perto da Receita Federal.

O SR. CONTE LOPES - PL - Túnel João Paulo II, parece, né?

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É. Provavelmente, o prefeito está deixando para inaugurar próximo da eleição

O SR. CONTE LOPES - PL - Inaugurar o asfalto, arrumar o asfalto.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É o programa “Asfalto Novo”. Dizer também que tem que orar e vigiar, capitão Conte Lopes. Não basta só orar, tem que vigiar também.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.
* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 51 minutos.
* * *

29 DE SETEMBRO DE 2023 112ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDUARDO SUPLYCY e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - EDUARDO SUPLYCY
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Assume a Presidência.
4 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLYCY
Assume a Presidência.
6 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - REIS
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
8 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLYCY
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 02/10, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Eduardo Suplycy.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLYCY - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presi-

dência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Oradores inscritos: tem a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o presidente Eduardo Suplycy, público presente. Cumprimentar os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Técnico-Científica, da Polícia Penal. Cumprimentar todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente Suplycy, eu ainda não estou entendendo bem o porquê de o governador Tarcísio de Freitas, o “projeticida”, vetar o Projeto de lei Complementar nº 61. Eu estou levantando as ações que têm na Justiça, e esse dispositivo em que o policial - e não é só o policial civil, não, é o policial civil, é o policial penal, o policial técnico-científico - tem que voltar, não tendo cinco anos na classe, para a classe anterior, é inconstitucional.

Inclusive é objeto de uma representação minha junto ao procurador-geral do estado, o Dr. Sarubbro, para que ele tome providências a respeito disso. Porque o governador e a SPPrev estão agindo às margens da lei, estão se locupletando, estão se apropriando indevidamente dos recursos daqueles policiais que, quando se aposentam, têm que voltar para a classe anterior.

O PLC nº 061 veio para corrigir essa distorção, e o governador o vetou e ainda disse que a SPPrev disse a ele, em parecer, que, sancionando, ia causar um desequilíbrio atuarial. Que faltarão desnecessário! Que conversa é essa?

Eu já levantei várias ações e vou repercutir porque agora eu tenho assunto para falar o resto do ano. Todos os dias eu vou falar desse caso sem dó, porque o governador Tarcísio, se ele não entende um pouquinho do direito, da Legislação que ele jurou obedecer, consulte os seus advogados, aqueles que o seguem, para não...

Até eu estou fazendo uma análise, presidente Suplycy, dos vetos. Aqui se aprova Dia de tudo, menos projetos que deem respostas para a sociedade. Logo, logo, eles vão aprovar aqui o Dia de Reis, né? Você pede lá os projetos sancionados, é Dia do Estado, Dia da Cidade, é Dia...

Logo, logo, vão apresentar um projeto aqui para criar o Dia de Reis, porque não é possível isso. Aquilo que é importante para a sociedade ele veta, então eu estou levantando todos os vetos do “vetador geral do estado” e vou repercutir os vetos também, as matérias que, de suma importância para a sociedade, o Tarcísio, o Bárbaro veta o tempo todo, porque é uma barbaridade o que ele tem feito.

Então, aqui diz, Sr. Presidente, “Mandado de segurança preventivo. Servidor público estadual. Investigador de Polícia de primeira classe. Pretensão de recebimento dos proventos de aposentadoria com base na remuneração percebida na classe ocupada quando da eventual inativação”. Ele entrou aqui com uma ação preventiva, ele está para se aposentar e falou: “Poxa, eu vou voltar na classe anterior”, e ele já entrou com essa ação na Justiça.

“Trata-se de apelação interposta contra a sentença que, em mandado de segurança preventivo, impetrado por José Alfredo em face da SPPrev, concedeu a segurança pleiteada para reconhecer o direito do impetrante à manutenção na classe em que se encontrava no ato, no momento da aposentação.”

Então está aqui o Tribunal de Justiça de São Paulo dizendo: “Olha, ele tem que se aposentar, ele pode se aposentar, ele deve se aposentar na classe em que ele se encontrava”. “Apela a São Paulo Previdência, alegando, em síntese - aí a São Paulo Previdência vai lá -, a distinção entre os servidores que se aposentaram ou preencheram os requisitos para a aposentadoria antes da reforma previdenciária de 2019, 2020.

Daqueles que ainda se encontram em atividade, ou mesmo já aposentados, não preencheram os requisitos para a aposentadoria antes da reforma, as regras regentes do regime próprio sofreram profundas modificações com a aprovação da Emenda à Constituição Federal nº 103. Só que a Emenda 103 ela fala de cargo, ela não fala de classe, nem de nível.

Então aqui a Emenda Constitucional nº 41 diz que fará jus à integralidade e à paridade, no pagamento de seus proventos e aposentadorias, desde que preencha determinados requisitos cumulativos. Dentre eles, permanência mínima de cinco anos no nível e na classe.

O que diz a 354, em relação ao servidor integrante da carreira policial? Também se exige a permanência de cinco anos no nível e classe da carreira em que se aposentar. É o que diz a Lei nº 354. Aí vem o relatório:

“O recurso não comporta provimento. Trata-se de mandado de segurança preventivo, em que o impetrante objetiva declaração do seu direito: a manutenção da classe para a sua aposentadoria.”

Então ele entrou com a ação. A SPPrev foi lá e recorreu. O presente mandado, como já advertiu o magistrado “a quo”, não teve, como pretensão, discutir o direito do apelado à aposentadoria. Mas apenas a possibilidade da revisão do seu ato de aposentadoria, para a manutenção da classe que ocupava quando na ativa.

“O impetrante é investigador de polícia do Estado de São Paulo. Recentemente foi promovido à primeira classe. Embora possua interesse de se aposentar em breve, a Administração entende que o servidor público deve cumprir, no cargo, cinco anos. A controvérsia reside em saber se o impetrante, investigador de primeira classe, deve ter assegurado o direito de receber os proventos de aposentadoria da classe anterior.

A Constituição Federal exige a permanência, no mínimo, de cinco anos no cargo em que ocorrer a inatividade. Não prosperando, pois, a assertiva de que os cinco anos referidos deveriam corresponder ao tempo que o servidor permaneceu na classe respectiva. A progressão na carreira, com o avanço de classe, não tipifica uma forma de provimento no cargo público.”

Ou seja, classe não é cargo. Será que é difícil, governador, V. Exa. entender isso? Classe não é cargo! Pois o servidor continua no mesmo cargo. Olha o que a Justiça está falando! O servidor continua no mesmo cargo, com as mesmas funções, exercendo as mesmas atividades. Recebe apenas um acréscimo pecuniário.

E aí vem a Justiça, discorrendo de várias decisões, de agente policial de primeira classe, que entrou na Justiça, perito que entrou na Justiça. Vários policiais que foram à Justiça, e ela vai discorrendo todos os casos que foi dado ganho de causa.

E diz que a questão, inclusive, foi objeto de recente decisão no Supremo Tribunal Federal.

“Então, desta forma, preenchidos os requisitos constitucionais, o provento do servidor deve ser calculado com base no cargo em que se der a aposentadoria. No caso do policial que está pedindo aqui, o investigador, na primeira classe. E não, na classe anterior. Diante do exposto, nega-se provimento ao recurso da SPPrev. Mônica Serrano, juíza, desembargadora.”

É relatora dessa sentença aqui, que eu vou repercutir, todas que estou encontrando, eu vou repercutir. Para demonstrar que o Sr. Governador não tem apreço pela legalidade. Ele está seguindo um parecer da SPPrev que é inconstitucional. E em ele não aceitando o projeto que aqui foi aprovado, ele manda uma mensagem para fazer a correção nesse dispositivo da Lei Complementar nº 354, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLYCY - Obrigado, deputado Reis. Agora, prosseguindo a lista de oradores. Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorillo. (Pausa.) Deputada Fabiana Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.)